



Presidente **p.6**

Primeiro-Ministro quer debater o Programa de Estabilidade e Crescimento no Parlamento



PSD **p.8**

Foco do programa eleitoral são as pessoas

POVO LIVRE



nº 1870

8 de Abril de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

ENCONTRAR SOLUÇÕES DURADOURAS PARA OS JOVENS



O Primeiro-Ministro discursa durante a apresentação do Livro Branco da Juventude, em Braga

Portugal pode tornar-se “uma das nações mais competitivas do mundo”

A ambição é tornar a economia portuguesa numa das mais competitivas do mundo. Os recursos humanos, a segurança e o clima constituem vantagens de Portugal. Pedro Passos Coelho já tinha defendido, em visita oficial ao Japão, que Portugal podia vir a ser “uma das nações mais competitivas do mundo”, e retomou esta ideia, no encerramento de uma conferência sobre o programa de fundos comunitários “Portugal 2020”, em Oeiras, 31 de Março. “Nós temos uma grande ambição, trabalhámos muito para a concretizar: É que Portugal, para além de ter um dos melhores serviços nacionais de saúde do mundo e de ter um nível de Estado social que nos coloca seguramente entre as nações mais desenvolvidas do mundo, possa também ser uma das economias mais competitivas, quer na Europa, quer no mundo”, afirmou líder do Governo, sustentando que “não há nada que impeça isso”.

Passos Coelho referiu que “várias nações, ao longo do século XX” passaram “de situações de quase subdesenvolvimento a economias das mais desenvolvidas do mundo”, em termos de crescimento económico e de produto ‘per capita’, e alegou que “não foi por terem recursos naturais importantes para explorar do ponto de vista primário”.

O Primeiro-Ministro recordou também que houve “nações que no começo do século XX pareciam ser muito cosmopolitas, desenvolvidas” e que depois “empobreceram, se endividaram e tiveram muita dificuldade em sair dessa situação”. Ressalvando que “há muitas restrições e muitas condições” que não podem ser alteradas, o Primeiro-Ministro salientou a importância das escolhas de cada um.

“As nossas escolhas representam uma parte significativa daquilo que conseguimos fazer, sobretudo quando temos um horizonte temporal mais alargado. Depende muito de Portugal querer ser uma nação verdadeiramente desenvolvida e aberta ao mundo”, reforçou.

O Primeiro-Ministro apontou os “bons recursos humanos”, as “condições climáticas” e “a segurança que a sociedade evidencia” e também o “grau de abertura de mentalidade à diferença” como factores favoráveis ao desenvolvimento do país.

Em seguida, invocou o olhar dos estrangeiros que escolheram viver em Portugal: “Essas pessoas quando olham para Portugal são as primeiras testemunhas do país extraordinário que somos, mas também são muitas vezes as primeiras a dizer que, com um pouco mais de ambição, de disciplina, de método nós poderíamos chegar muito mais longe. E eu tenho a certeza de que



nós podemos chegar muito mais longe”.

Quanto às “restrições” do país, assinalou que são “grandes” e “não vale a pena fugir delas”, mencionando o “peso da dívida pública” e o “peso da dívida privada”, mas recusou seguir o caminho renegociação ou incumprimento recomendado por “alguns vencidos da vida”.

“Sabemos, portanto, que partimos de condições adversas, mas temos muitas coisas a nosso favor. Algumas já indiquei, outra é a nossa firme vontade de não compactuar com nenhum espírito mesquinho, protector, provinciano, no pior sentido que estas conotações adquiriram culturalmente”, destacou.

Passos Coelho alegou que a escolha é entre ter “incómodos e prosperidade” ou “facilidades e atraso”, acrescentando: “O que temos à nossa frente é ser ambiciosos, ter a ambição suficiente para não desperdiçar as oportunidades que temos, apesar de algumas restrições importantes que ainda sentimos”. “A minha convicção é que nós somos capazes nestes próximos sete anos [de aplicação do programa de fundos comunitários 2014-2020] de consolidar esta mudança estrutural da nossa economia que vem tendo lugar, e de trazer os portugueses de um modo geral para um nível de competição, de bem-estar e de coesão superior àquele que tivemos a possibilidade de construir”, concluiu.

Fundos para os emigrantes investirem em Portugal

Pedro Passos Coelho destacou como “novidade” do programa de fundos comunitários 2014-2020 a disponibilidade de uma parte do financiamento para os emigrantes investirem em Portugal e eventualmente regressarem, sem referir valores.

No encerramento da conferência, Passos Coelho afirmou que “Portugal sempre foi um país de diáspora” e, sobre os “últimos anos”, considerou: “Nós tivemos uma intensificação desse movimento emigratório, que se desviou menos do que muitos pensam daquilo que é a nossa tendência ancestral, e moderna”. “Mas, na verdade, aconteceu, e é muito importante que nós tenhamos hoje condições - sobretudo quando estamos a olhar para os próximos sete anos - de pensar que uma parte do financiamento de que vamos dispor possa também estar disponível para aqueles que, por qualquer razão, precisaram de sair do país, e que vêm hoje, com a experiência que adquiriram, com o percurso que fizeram, uma oportunidade para investir em Portugal, ou



num percurso em Portugal, ou para regressar a Portugal. (...) Hoje nós temos também algumas condições para que eles possam candidatar-se, pelo menos na área do empreendedorismo, ao Portugal 2020”, salientou.

Passos Coelho apontou esta “elegibilidade para portugueses não residentes” como “uma novidade, entre outras”, do novo programa de fundos comunitários, num discurso em que criticou a aplicação destas verbas no passado e considerou que é preferível “não gastar a gastar mal” o dinheiro proveniente da União Europeia.

“Não estou com isto a dizer que é preferível devolver. É preferível gastar bem e, se for preciso não gastar para evitar gastar mal, eu prefiro não gastar a gastar mal. Se isto acrescentar uma diferença sobre o passado eu ficaria satisfeito”, ressaltou,

No início da sua intervenção, o Primeiro-Ministro defendeu que Portugal não pode “regressar a níveis de investimento público como já existiram”, mas tem de conseguir “valorizar cada euro de cada programa operacional”, obtendo “um retorno significativamente maior” do que anteriormente. Por fim, recordou que os fundos europeus dos últimos 30 anos não garantiram “a convergência de Portugal” com a União Europeia. “Julgo que isso deve dar uma ideia da importância de nos próximos sete anos fazermos tudo e outra maneira. Eu acho que nós estamos a fazer as coisas de outra maneira, para podermos ter um resultado melhor e diferente no futuro”.



Encontrar soluções duradouras para os jovens



Os jovens portugueses encontram em Portugal mais oportunidades, depois de “tanto tempo” sem as encontrarem. O Primeiro-Ministro reafirmou a necessidade e “ambição” de ter mais jovens a concluir o ensino superior. Em Braga, para a apresentação do Livro Branco da Juventude, dia 24, Pedro Passos Coelho admitiu que a juventude foi “particularmente penalizada” com as dificuldades financeiras que o país atravessou e explicou que as projecções para o futuro devem ser feitas com “soluções duradouras” que impeçam o regresso dos tempos de crise.

O Primeiro-Ministro reafirmou a necessidade de Portugal ter finanças públicas “sólidas” e que dessa forma o futuro será de uma “progressão muito mais rápida”. “Se tivemos durante muitos anos jovens que não encontraram em Portugal as oportunidades adequadas temos hoje, cada vez mais, jovens que encontram oportunidades cá e que entendem que Portugal pode ser um bom destino até para jovens de outras nacionalidades”, defendeu Pedro Passos Coelho.

Para o chefe do executivo, a “ambição” passa por haver cada vez mais jovens a frequentar o ensino superior. “Precisamos de ser mais ambiciosos, de levar mais jovens para o ensino superior e precisamos que eles saiam com graus de qualificação cada vez mais elevados e que isso corresponda nas empresas que os podem vir a colher mais capacidade e desempenho e dê crescente valor ao que fazemos”, frisou.

Segundo o líder do Governo, os “jovens foram particularmente penalizados por este tempo de crise” e quando se projecta o futuro o melhor a fazer “é encontrar soluções duradouras que impeçam que problemas desta natureza se voltem a colocar”.



Por isso, destacou a necessidade de continuar com as contas públicas equilibradas. “Vivemos uma época em que precisamos, reafirmo, de ter Finanças Públicas sólidas para não pôr em causa o futuro como aconteceu no passado recente mas precisamos também de acrescentar a isso uma ambição grande para o futuro”, disse.

Pedro Passos Coelho afirmou que as reformas são para continuar e que “tudo o que existia antes” não pode ser repostado ao mesmo tempo, tendo voltado a insistir numa mensagem de esperança. “Nós precisamos ainda de levar mais longe as reformas estruturais que estamos a fazer, nomeadamente ao nível do próprio

Estado, porque se não podemos repor tudo o que existia antes, que é como quem diz, se não podemos remover todas as medidas extraordinárias de um dia para o outro temos de o fazer gradualmente e enquanto o vamos fazendo nós temos de ir encontrando espaço para que a dívida do Estado não aumente gradualmente, pelo contrário”, afirmou o líder do Governo.

A prioridade é diminuir a dívida e poupar em juros

É uma “prioridade” para Portugal a diminuição do “stock” de dívida para se pagarem menos juros e se “ter mais dinheiro” para políticas públicas, justificando que por isso é que “os cofres foram enchendo”. Em Braga, na inauguração das novas instalações da empresa Primavera Software, o chefe do Governo afirmou que se “queremos ter mais dinheiro para gastar mais nas políticas públicas não podemos gastar tanto em juros, mas para não gastar tanto em juros temos que diminuir a nossa dívida, temos que ir pondo de lado. Por isso é que os cofres se foram enchendo para pagar as dívidas do passado”.

“Estivemos a pagar juros da dívida passada o que nos devia levar à conclusão que enquanto não tivermos um ‘stock’ de dívida mais cá para baixo, que nos permita ter menos juros para pagar, não podemos descansar. Essa tem que ser uma prioridade do país porque sem isso não teremos mais dinheiro para a saúde, para a educação, para a ciência, para o apoio social, para as funções de soberania”, apontou o Primeiro-Ministro.

Para Pedro Passos Coelho, o país pode “olhar para o futuro ciente” que não se corrigiu “tudo duradouramente” ao mesmo tempo que advertiu que isso depende do que se fizer nos próximos anos.

O Primeiro-Ministro defendeu ainda que o contexto em que Portugal se move agora é “muito mais esperançoso”, porque se “inverteu” o ciclo que vinha do passado. “Este é o contexto incomparavelmente mais esperançoso do que aquele que tivemos nos anos precedentes em que a generalidade das famílias, empresas e Estado andou, como se costuma dizer em calão, a desalavancar, a gastar menos porque não tinham dinheiro para gastar e isso criou, evidentemente, um estado de necessidade que começa agora a ser devidamente respondido. (...) Estamos num contexto em que podemos olhar para o futuro cientes que não corrigimos tudo duradouramente. Isso depende do que ainda fizermos nos anos próximos”, reiterou.

Passos Coelho elogiou, também, os funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) pelo “prestígio” dado à instituição e salientou a “eficácia” na máquina fiscal portuguesa, realçando a importância de uma máquina fiscal desenvolvida para que o Estado tenha “condições e recursos” para responder aos problemas do país. “Hoje a eficácia da nossa máquina fiscal deve-se, evidentemente, à forma como os nossos trabalhadores públicos na área fiscal tem conseguido dar prestígio à Autoridade Tributária e Aduaneira. Isso é muito importante e permitam-me que faça esse sublinhado em particular numa altura em que tanto se tem questionado o comportamento da Autoridade Tributária e Aduaneira”, salientou.

De acordo com o chefe do Governo, Portugal deve “em grande medida” aos trabalhadores do fisco o facto de ter uma ATA “moderna e eficiente”. “Nós temos, de facto, um sistema bastante desenvolvido e não esqueçam que há países hoje que enfrentam dificuldades muito sérias e muito graves, porque também não conseguem responder pela sua máquina fiscal e é muito fácil exigir muito ao Estado e muito difícil que o Estado tenha condições e recursos para responder a essas solicitações se não tiver uma máquina fiscal minimamente eficaz”, explicou.



OCDE prevê crescimento 2 por cento em 2016

O secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) antevê que a economia portuguesa poderá crescer entre 1,3 por cento e 1,5 cento em 2015, podendo chegar aos 2 por cento em 2016, beneficiando da desvalorização do petróleo e do euro. "O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingiu os 0,9 por cento em 2014, e esperamos que atinja, no mínimo, entre 1,3 por cento e 1,5 por cento em 2015 e que continue nessa progressão mais perto dos 2 por cento em 2016", anunciou Ángel Gurría durante a apresentação pública do relatório de diagnóstico 'Uma estratégia de competências para Portugal', dia 1 de Abril, em Lisboa.

Na sua intervenção, Gurría referiu que a previsão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para o crescimento da economia "era um pouco mais baixa", mas perante "as condições" atuais, a Organização reviu em alta a evolução do PIB português. "Tínhamos uma projecção que era uma pouco mais baixa, mas com as condições que temos agora, com o preço do petróleo mais baixo, com os juros mais baixos, previsivelmente, no curto e no médio prazo, e com a competitividade do euro", a Organização reviu as suas previsões, expressou Ángel Gurría.

De acordo com o secretário-geral da OCDE, a conjun-



gação de todos estes factores cria "as possibilidades de desenvolvimento e de crescimento mais dinâmico para os próximos anos". No 'Economic Outlook', publicado a 25 de Novembro, a OCDE antecipava um crescimento da economia portuguesa de 0,8 por cento em 2014, abaixo da previsão de 1 por cento do Governo, e um défice orçamental de 4,9 por cento, acima dos 4,8 por cento previstos pelo executivo já segundo o novo Sistema Europeu de Contas.

Em 2015, a OCDE previa um crescimento de 1,3 por cento e um défice orçamental de 2,9 por cento, sendo que em ambos os casos as previsões eram mais pessimistas do que as do executivo em duas décimas.

Para 2016, e de acordo com o "Economic Outlook", a previsão da OCDE era a de que a economia portuguesa acelerasse e que o PIB atingisse um crescimento de 1,5 por cento ao mesmo tempo que o défice orçamental se reduziria para 2,3 por cento do PIB.

Comentando a revisão em alta das previsões de crescimento para a economia portuguesa, o responsável pelo Governo afirmou que o "tempo que temos à nossa frente é um tempo que terá de ser muito marcado pelo combate ao desemprego". "Precisamos de acelerar o crescimento ainda mais, e fico satisfeito de saber que há



já hoje um conjunto de instituições e de entidades que têm vindo a reforçar uma revisão em alta das perspectivas de crescimento em Portugal, quer para este ano, quer para o ano seguinte. Foi o caso também da OCDE", disse Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro considera igualmente que está por conhecer a origem do aumento do desemprego no último trimestre, mas que é cedo para falar numa inversão de tendência, que defendeu ser de descida há dois anos. Na sessão de apresentação do relatório da OCDE sobre Portugal, Pedro Passos Coelho referiu-se aos mais recentes dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o desemprego, declarando: "Temos ainda muito poucas condições para conhecer com detalhe o que terá estado na origem dessa revisão que foi agora anunciada sobre o último trimestre continuado". Passos Coelho introduziu este assunto quando falava das reformas laborais e sustentou que "essas reformas, a par das políticas activas de emprego têm sido responsáveis por uma parte significativa do novo emprego e pela redução do desemprego nos últimos dois anos".

Alargar o ensino profissionalizante

No "Relatório Estratégia de Competências para Portugal", a OCDE preconiza mais verbas destinadas à educação. "Equilibrar o orçamento de Portugal a curto e longo prazo exigirá dar mais atenção à afectação dos escassos recursos dos vários sectores. Actualmente, Portugal canaliza mais recursos orçamentais para os idosos e as pensões do que para os jovens e a educação. O orçamento da educação tem vindo a sofrer sucessivos cortes nos últimos anos, o que torna imperativo garantir que os escassos recursos são gastos de forma eficaz. (...) Aumentar as competências de todos os cidadãos (através de apoio direccionado para as escolas e alunos desfavorecidos e também através da promoção da aprendizagem ao longo da vida) constitui um investimento no capital de competências que Portugal terá no futuro, o que terá igualmente efeitos positivos na equidade", revela o documento.

Ao longo do relatório, a OCDE destaca a importância da formação ao longo da vida, num país onde 62 por cento das pessoas entre os 25 e os 64 anos não concluíram o ensino secundário. Esta é a terceira percentagem mais elevada da OCDE. "Aumentar a oferta e a qualidade da educação de adultos em Portugal, em especial para os adultos pouco qualificados, contribuirá para uma maior produtividade, para incrementar a empregabili-

dade e ainda para melhorar a capacidade de adaptação a ambientes de trabalho em alta mutação". Sem esse investimento, "Portugal não poderá contar com uma força de trabalho qualificada e flexível", concluem os autores, que trabalharam com os ministérios da Educação, do Emprego e com o gabinete do Primeiro-Ministro.

Passos Coelho defendeu, a esse propósito, as virtudes da "dimensão vocacional do ensino" e considerou que esta matéria deve ser abordada sem "politizações excessivas ou reservas ideológicas".

O chefe do executivo afirmou que o Governo quer "continuar a contar com a colaboração da OCDE, bem como de outras instituições internacionais, para alargar e intensificar o ímpeto das reformas", e destacou o objectivo de "combater práticas restritivas na área económica", que não especificou.

Confiança das famílias renova máximos de 13 anos

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o índice que mede a confiança dos consumidores portugueses atingiu em Março o valor mais elevado em quase 13 anos, ao fixar um máximo desde Abril de 2002. Segundo os dados divulgados, dia 30, a média móvel de três meses do índice de confiança fixou em Março uma leitura de -19,2 pontos, acima dos -21,2 pontos registados em Fevereiro. O INE salienta que o indicador que mede a confiança das famílias prolongou o "acentuado perfil ascendente observado desde o início de 2013". A melhoria mais significativa verificou-se no caso das perspectivas sobre a evolução do desemprego, embora todas as componentes do índice tenham registado um contributo positivo no mês que está prestes a terminar. As famílias portuguesas mostram-se mais positivas sobre a situação económica do país e sobre a situação financeira do agregado familiar, dando conta de uma maior disponibilidade para efectuar compras de bens duradouros. Também o clima económico, que mede a confiança dos empresários, registou em Março uma evolução positiva, depois de ter estabilizado em Fevereiro. A confiança dos empresários aumentou em Março na indústria transformadora na construção e obras públicas. No comércio, a confiança "recuperou significativamente", enquanto nos serviços "diminuiu ligeiramente". A melhoria destes indicadores qualitativos surge numa altura em que várias entidades reviram em alta as suas previsões para a evolução do PIB de Portugal, com o Banco de Portugal a apontar para um crescimento da economia portuguesa de 1,7 por cento este ano.

Debate quinzenal no Parlamento

Primeiro-Ministro quer debater o Programa de Estabilidade e Crescimento no Parlamento



O desafio foi lançado pelo Primeiro-Ministro: o Governo vai pedir o agendamento de um debate no Parlamento sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Programa Nacional de Reformas. Um pedido, que será feito através da conferência de líderes, e visa proporcionar um debate que deixe “claro quais são as opções que cada um quer prosseguir, em matéria de reformas de médio prazo e de programa de estabilidade, que é como quem diz de casar responsabilidade com ambição de médio e de longo prazo”.

No debate quinzenal de dia 1 de Abril, dominado por questões económicas, a oposição parlamentar furtou-se aos sinais positivos que se fazem sentir do ponto de vista macroeconómico, como o crescimento previsto para os próximos anos. A economia portuguesa está a crescer, sendo o “patamar mínimo” previsto para este ano 1,5 por cento. Pedro Passos Coelho defendeu ainda que é positivo o desempenho de Portugal ao nível da redução do desemprego nos últimos anos. “Apesar de ser dia 1.º de Abril, é o dia que, tanto quanto sei, o líder do seu partido [António Costa] deixa de ser presidente da Câmara de Lisboa para se dedicar inteiramente às tarefas da oposição. Esperamos que isso contribua evidentemente para uma melhor oposição. A minha expectativa para este debate é que, ao fim deste tempo, o PS pudesse admitir que a economia está a crescer”, comentou o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho adiantou também que o Governo vai recomendar “rapidamente” à Autoridade Tributária alterações de procedimentos que evitem devassa de dados privados, mesmo antes de conhecer resultados da investigação da Inspecção-Geral de Finanças (IGF). As recomendações a fazer ao fisco, “do ponto de vista da orientação política que cabe ao Governo”, serão conhecidas “muito rapidamente”.

No plano internacional, o Governo está a estudar soluções e em breve deverá anunciar medidas de apoio



às empresas portuguesas que exportam ou têm presença em Angola. “Mas há outras soluções que dependem só de nós, se elas não tiverem um peso orçamental muito grande. Estamos justamente a analisar a possibilidade de podermos estender algumas garantias através das sociedades de garantia mútua para poder em termos de tesouraria suportar uma parte do risco cambial que está inerente às formas de solver responsabilidades de tesouraria de curto médio prazo para muitas dessas empresas, sobretudo pequenas e médias empresas. Estou convencido de que o Governo muito proximamente estará em condições de anunciar medidas em concreto”, acrescentou. Segundo Passos Coelho, essas medidas não

conseguirão “evidentemente contrariar a restrição que o preço do petróleo trouxe para a economia angolana”, mas vão “minorar as dificuldades de algumas empresas e dar-lhes sobretudo alguma faculdade de poderem com os seus próprios bancos encontrar melhores soluções para o financiamento de curto prazo”, de forma a “reter o emprego e manter o seu nível de actividade”.

O líder do Governo fez esta exposição em resposta ao líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que lhe perguntou pelo acompanhamento que o Governo tem feito das “dificuldades acrescidas” da economia angolana, “sobretudo afectadas pelo preço do petróleo”, e se



secretário-geral, doutor António Costa, transmitiu ao eleitorado desesperança, tacticismo e irresponsabilidade". "Estes sinais são políticos mas não foram decretados pelos partidos, foram decretados pelo povo", insistiu.

Por outro lado, Luís Montenegro salientou a revisão em alta das projecções de crescimento para a economia portuguesa de várias instituições e perguntou se "a oposição já reviu as suas projecções", questionando em particular "qual é a projecção" do secretário-geral do PS, António Costa.

Na sua intervenção, o líder parlamentar do PSD fez alusão à renúncia de António Costa ao mandato da Câmara Municipal de Lisboa, prognosticando que hoje é o seu "primeiro dia de muitos anos de oposição". Acusando o PS de "desnorte", o social-democrata declarou: "Pode lá o povo, podem lá os portugueses sentir segurança neste partido, o PS, e nesta desorientação? Nós vamos ver, mas é caso para dizer que razão tiveram os madeirenses no passado domingo, e razão hão de ter os portugueses quando lá para Setembro, Outubro quando também tiverem de fazer este julgamento".

Ainda relativamente às eleições na Madeira, Luís Montenegro cumprimentou "o povo madeirense que expressou de forma livre, democrática, categórica a sua vontade política", os candidatos, "em particular o candidato vencedor, o doutor Miguel Albuquerque" e os que vão cessar funções, "em especial o actual presidente do Governo Regional, doutor Alberto João Jardim".

tinha "alguma medida" que pudesse ser apresentada. Na resposta, Passos Coelho começou por dizer que o Governo "tem procurado, aos mais diversos níveis, inteirar-se dos constrangimentos que têm resultado para as relações económicas entre os dois países e também para as empresas portuguesas, quer para aquelas que exportam para Angola quer para aquelas que estão na economia angolana".

Depois, referiu que os ministérios da Economia e das Finanças, em cooperação com o Banco de Portugal, fizeram uma "avaliação" que permitiu tirar a seguinte conclusão: "Há soluções que podem minorar alguma da incerteza que faz nesta altura com que empresas portuguesas tenham dificuldades ou de manter o nível de exportação para Angola que tinham antes - e nós sabemos que as exportações caíram quase 20 por cento para Angola só em Janeiro - ou então em recuperar, em repatriar capitais de Angola". "E estamos a estudar soluções para isso. Não é uma, são várias", prosseguiu, acrescentando que "algumas exigem a cooperação do Governo de Angola, e de empresas angolanas".

Quanto às soluções que não dependem "unilateralmente do Governo português ou do parlamento português", declarou: "Não me cabe aqui estar a fazer observações sobre elas. Queria apenas dizer ao senhor deputado que estamos a trabalhar nomeadamente com o Governo angolano para ver se encontramos algumas soluções que nomeadamente no passado já provaram em circunstâncias parecidas que podem sustentar algumas garantias para empresas portuguesas".

Luís Montenegro: O PS está desnortado

O presidente do grupo parlamentar do PSD aproveitou o debate quinzenal para assinalar a vitória dos sociais-democratas nas eleições na Madeira e sugeriu que esse resultado, apesar do carácter regional, tem uma leitura nacional. "Nós sabemos que foram eleições regionais, mas há alguns sinais que são inequívocos. O primeiro é que, na Madeira, como no país, o motor da mudança, da transformação, do progresso, e sobretudo esperança é o PSD", declarou Luís Montenegro, durante o debate quinzenal, no parlamento.

De acordo com o líder parlamentar social-democrata, a segunda conclusão é que "o PS, a sua estratégia política e programática, que teve de resto a bênção do actual



Foco do programa eleitoral são as pessoas



O PSD vai promover “nos próximos dois meses” um debate sobre as bases do programa eleitoral. O director do Gabinete de Estudos Nacional (GEN) do PSD anunciou também que o PSD irá propor um “contrato fiscal” com os cidadãos. “A ideia é obviamente fasear, mas ir reduzindo a carga fiscal que impende sobre os portugueses, favorecendo sem dúvida nenhuma a carga fiscal que impede que se desenvolva mais emprego e mais investimento”, afirmou Rogério Gomes, numa conferência de imprensa, sobre a preparação do programa com que o PSD se apresentará às eleições legislativas, dia 31 de Março.

Questionado sobre eventuais propostas de alteração à Constituição ou de reforma do sistema político, o director do Gabinete de Estudos do PSD respondeu: “O grande foco do programa não são reformas. Nós tivemos quatro anos de reformas que fomos obrigados, digamos, quase encostados à parede para ter de as fazer. O grande foco deste programa são as pessoas e como minorar os seus problemas”.

Rogério Gomes apontou como prioritária “a política da natalidade”, conjugada “com a política de apoio à criança e à família” e com “a política da igualdade”, em particular no âmbito do mercado de trabalho. “Esta questão é fundamental, porque dela depende o arco de procura de emprego das mulheres jovens com filhos, ou que querem ter filhos”, considerou, acrescentando: “É este nível de pormenor, não é propriamente grandes programas de reformas, não é por aí”.

Segundo Rogério Gomes, o Gabinete de Estudo do PSD foi incumbido de elaborar “uma primeira base para um futuro programa de Governo”, para ser “submetida a um debate interno e na sociedade portuguesa”, que está previsto realizar-se “nos próximos dois meses, aberto desde logo, e primeiro, aos militantes e simpatizantes nas assembleias distritais do PSD, mas também a toda a sociedade portuguesa”.

“Depois disso, [o documento] terá de ser sufragado na Comissão Política Nacional, não sei se irá, eu creio que sim, ao Conselho Nacional, e depois tornar-se-á a base do próximo Programa de Governo do PSD, do qual, em devido tempo, tranquilamente, virá a sair um programa eleitoral”, expôs.

Em matéria de impostos, prometeu “transparência” da parte do PSD, através de um “contrato fiscal” assumido com os portugueses, que é “também um contrato social”, contemplando “os aspectos das contribuições sociais”,



com o que se entende possível fazer nos próximos quatro anos. “Ou seja, haverá constância e solidez na progressão do desenvolvimento da melhoria do nível de vida dos portugueses, e isso será assegurado nesses contratos, são verdadeiros contratos”, declarou, remetendo a divulgação de “valores” e “detalhes” para “quando o partido considerar oportuno”.

Numa crítica ao PS, Rogério Gomes afirmou que com o PSD não haverá “obsessões eleitorais que levem a aumentar ordenados na função pública, por exemplo, e a baixar pensões para logo dois anos depois termos de tirar tudo”. Rogério Gomes referiu que o presidente do PSD pediu que o trabalho do Gabinete de Estudos contasse com “a mais ampla participação possível” e

disse que está a terminar uma primeira fase, iniciada em Outubro, de recolha de contributos através da página do partido na Internet.

“Recebemos até agora cerca de 550 contributos” [através do “website” <http://gen.psd.pt/contribua.php>], acrescentou. “Esta primeira fase tem sido participada por um número muito grande de individualidades, designadamente da academia, mas também de personalidades independentes, e estamos muito satisfeitos com os resultados, que serão divulgados num debate que sucederá nos próximos dois meses, aberto desde logo, e primeiro, aos militantes e simpatizantes nas assembleias distritais do PSD, mas também a toda a sociedade portuguesa”, sintetizou.

Reduzir as infecções hospitalares



O ministro da Saúde classifica como ambicioso o compromisso assumido por doze hospitais públicos para reduzir para metade as infecções hospitalares, mas mostrou-se convicto de que o objectivo será atingido. Os doze hospitais do Serviço Nacional de Saúde seleccionados por concurso formalizaram o compromisso com a Fundação Gulbenkian para reduzir em 50 por cento, em três anos, a ocorrência de infecções hospitalares. “Através deste apoio da Fundação Gulbenkian é possível estabelecer um objectivo ambicioso de redução da infecção hospitalar em doze hospitais, com uma meta quantificada. Dos trabalhos feitos em termos internacionais de outros programas chegou-se, em alguns hospitais de outros países, a taxas de sucesso superiores”, afirmou o ministro Paulo Macedo aos jornalistas, no final da cerimónia que decorreu em Lisboa, 31 de Março.

Aliás, o presidente da Fundação Gulbenkian citou o exemplo de programas semelhantes aplicados na Escócia, Inglaterra ou Dinamarca onde, nalguns casos, se alcançou até 85 por cento de redução das infecções hospitalares.

O ministro da Saúde reconhece que Portugal tem apresentado taxas de infecções hospitalares acima da média europeia, embora tenha frisado que no ano passado foram alcançados resultados mais positivos do que em anos anteriores, nomeadamente ao conseguir uma redução na resistência a antibióticos nos hospitais.

Segundo estimativas feitas por especialistas, Portugal gasta entre 200 a 300 milhões de euros por ano com as infecções hospitalares. Paulo Macedo lembrou que, ao reduzir as infecções hospitalares, o “maior ganho é em vidas”, seguindo-se a diminuição de complicações nos doentes e depois os ganhos de sustentabilidade nos serviços de saúde.

Depois de seleccionados os doze hospitais, entre trinta candidatas, o programa definido pela Fundação Gulbenkian prevê que se estabeleça em cada unidade um ponto de partida para que seja possível medir e avaliar as metas a alcançar. Desta forma, em cada hospital participante serão medidos, no período de seis meses, todos os casos que

se incluem no programa, que contempla quatro grupos de infecção, entre elas as pneumonias associadas à intubação em cuidados intensivos e infecções do local cirúrgico.

Os hospitais que participam têm pelo menos 200 camas hospitalares e candidataram pelo menos um serviço de cuidados intensivos de adultos, um serviço de cirurgia geral e/ou ortopedia e um serviço de medicina interna.

A redução da infecção hospitalar em Portugal foi um dos três Desafios Gulbenkian definidos no Relatório Um Futuro para a Saúde, apresentado em Setembro do ano passado. O Instituto for HealthCare Improvement (dos Estados Unidos) é parceiro deste projecto, depois de ter desenvolvido iniciativas semelhantes noutros países.

Os doze hospitais portugueses que vão participar do projecto “STOP Infecção Hospitalar” são: Centro Hospitalar de Lisboa Central e de Lisboa Norte, Unidade Local de Saúde de Matosinhos, Instituto Português de Oncologia do Porto, Centro Hospitalar Alto Ave, Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, Unidade Local de Saúde do Nordeste, Centro Hospitalar de São João, Centro Hospitalar da Cova da Beira, Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, Hospital de Braga e Serviço de Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira - Hospital Nélcio Mendonça.

A cultura tem “papel central na qualidade de vida”

O secretário de Estado da Cultura sublinhou, em Lisboa, a necessidade de “apostar no papel central que a cultura tem na qualidade de vida” e nos modelos de desenvolvimento das sociedades actuais. Jorge Barreto Xavier falava durante uma conferência de imprensa, que decorreu no Centro Cultural de Belém (CCB), dia 31, para apresentar a programação e os objectivos do I Fórum Internacional “O Lugar da Cultura”, que decorrerá em Lisboa a partir de 15 de Abril.

Durante três dias, artistas, governantes, pensadores e especialistas nas áreas da política, religião, economia, entre outras, vão debater o papel da cultura na sociedade portuguesa. “Vivemos num tempo de muitas dúvidas e circunstâncias que colocam dificuldades. Há uma necessidade de novas perspectivas, e esta questão do papel da cultura no desenvolvimento é central”, sustentou.

Segundo o secretário de Estado, “muitas vezes a questão do desenvolvimento ligado à cultura é associada a países menos desenvolvidos, mas não é assim”, porque - defendeu - “desempenha um papel central na qualidade de vida”. “Há uma correlação entre os indicadores culturais e a qualidade de vida”, sublinhou.

O conjunto de conferências que vão decorrer em Lisboa, no CCB, visam, segundo a tutela, “promover uma reflexão e aposta na relevância que a cultura tem em Portugal, e que as populações conheçam melhor as instituições culturais que existem no país”. As conferências vão reunir especialistas portuguesas e estrangeiros de várias áreas, como os ensaístas e investigadores Daniel Innerarity, professor de Filosofia Política e Social da Universidade do País Basco (Espanha), Jonathan Taplin, diretor do Annenberg Innovation Lab, da Universidade da Califórnia do Sul (Estados Unidos), e José Bragança de Miranda, professor da Universidade Nova de Lisboa. Participam ainda, entre dezenas de oradores, o secretário de Estado da Cultura de Espanha, José María Lassalle, ministro da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio Matias de Sousa Mendes, e, como presidente do Centro Nacional de Cultura, Guilherme d’Oliveira Martins.

O presidente do Parlamento Europeu entre 1989 e 1992, o espanhol Enrique Barón Crespo, o economista checo, autor do livro “Economics of good and evil”, Tomáš Sedláček, o professor de Economia Política José Tavares e o economista e autor da “Economia do Bem Comum”, o austríaco Christian Felber, são outros dos oradores.

Questionado pela agência Lusa sobre o público-alvo do Fórum, Jorge Barreto Xavier indicou que se destina aos artistas, aos agentes culturais, aos profissionais de várias áreas e ao público em geral interessando em participar. Também estão previstos espectáculos e a exibição de filmes pela Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, no Centro Cultural de Belém, a 17 de Abril, sobre os primórdios do cinema.

O Fórum Internacional “O Lugar da Cultura” irá prosseguir com as Jornadas Porta Aberta, entre 18 e 22 de Abril, com instituições públicas e privadas de todo o país que abrem as suas instalações, de forma mais alargada, ao público, segundo o programa do Fórum.

As inscrições no fórum podem ser feitas através do sítio “online” que está activo em www.olugardacultura.pt.



Criminalidade registada baixou 6,7 por cento

O número de crimes registados pelas autoridades policiais em 2014 baixou 6,7 por cento em relação a 2013, para um total de 351.311, com os crimes contra o património a representarem mais de metade das ofensas, segundo estatísticas do Ministério da Justiça. “Em 2014 o número de crimes registados pela Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana foi de 343.768. Para além dos três órgãos de polícia criminal atrás referidos, foram ainda registados 7.543 crimes pelas restantes autoridades policiais. No total de 351.311 crimes registados, destacaram-se os crimes contra o património que representaram 54,7 por cento do total (192.135 crimes)”, lê-se numa nota de informação estatística divulgada pelos serviços do Ministério da Justiça.

Segundo a mesma informação, na contabilização por tipo de crime, a segunda maior percentagem pertence aos crimes contra as pessoas, com 23,7 por cento do total, ou seja, 83.207 crimes registados.

Na comparação com 2013, o total do número de crimes baixou dos 376.336 para os 351.311, o que equivale a uma redução percentual de 6,7 por cento. Já em 2013 o total de crimes registados representava uma diminuição de 28.477 actos criminosos em comparação com 2012. Os crimes contra o Estado representaram 1,7 por cento dos actos registados em 2014.

Os crimes de furto em veículo motorizado (27.894), as ofensas à integridade física voluntária simples (24.327), a violência doméstica contra cônjuges ou análogos (22.965), a condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/litro (20.752), e o furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas (19.312) são as cinco categorias com mais crimes registados.

O furto de metais não preciosos (8.451) e condução sem habilitação legal (9.767) estão entre os crimes com menos registos no ano passado.

As estatísticas relativas a 2014 têm por base o total de crimes registados pela Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Direcções Distritais de Finanças, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Polícia Marítima, Polícia Judiciária Militar e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Na mesma linha, a criminalidade violenta e grave desceu 5,4 por cento, em 2014, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI). De acordo com o relatório, que apresenta os principais resultados da criminalidade e actividade das forças e serviços de segurança, em 2014 registaram-se 19.061 casos de criminalidade violenta e grave, menos 1086 em relação a 2013.

Diminuíram também os roubos a correios, ourivesarias, bancos, farmácias, o roubo de viaturas e também o homicídio teve um decréscimo de 13,8 por cento, com 100 participações. Os casos de fogo posto diminuíram quase 50 por cento. E diminuíram igualmente os presos preventivos e condenados (menos dois por cento).

Este documento foi apresentado no dia 31 de Março, em conferência de imprensa, pela secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda.



Infra-estruturas “não são única bóia de salvação” do país



O secretário de Estado da Administração Local, Leitão Amaro, considera que o tema das infra-estruturas e comunicações é importante, mas que não deve ser assumido como a “única bóia de salvação” para a competitividade do país. “As infra-estruturas e as comunicações são importantes, assim como a ligação de que o presidente da Câmara de Viseu falou [ferrovia entre Aveiro-Viseu-Vilar Formoso], designada como prioritária pelo Governo. Mas, nem sequer nestes momentos públicos, podemos deixar que se transforme o tema como se fosse a única bóia de salvação”, sustentou.

Durante a sessão de abertura do 5.º Congresso Empresarial da Região de Viseu, Leitão Amaro abordou alguns temas que considera essenciais para promover o reforço da competitividade do país, nomeadamente a questão das acessibilidades, respondendo sobre este assunto ao pedido de esclarecimento solicitado poucos minutos antes pelo autarca de Viseu, Almeida Henriques.

“É evidente que o domínio das infra-estruturas e das comunicações é importante e não podemos dizer que Portugal já fez absolutamente tudo o que tinha a fazer. No entanto, temos muitos dos nossos territórios nesta região, onde as estradas foram feitas, não para as pessoas virem ou as empresas se fixarem, mas para as usarem para partir”, apontou.

Ao longo da sua intervenção de mais de meia hora, o representante do Governo disse entender as preocupações do presidente da Câmara de Viseu, acerca da ligação ferroviária Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, e cuja decisão da sua execução poderá ser

tomada apenas pelo próximo Governo.

“O Governo já assumiu a sua decisão desde logo no Plano Estratégico de Transportes, mas se as infra-estruturas e as comunicações são importantes, não são suficientes. É um bocadinho como a questão das infra-estruturas de localização empresarial: não é por estendermos mais uns hectares de zona de localização industrial que vamos ter empresas”, alegou.

No seu entender, “o lado material e físico é importante, mas não se o pode por sempre no centro da sala”, levando a que se distraiam das prioridades.

Inovação e ciência são cruciais para a Europa

O comissário europeu Carlos Moedas destacou a importância do investimento privado na inovação e ciência, ao mesmo tempo que apelou a reformas nos países europeus com vista ao relançamento do investimento económico. “Seremos julgados por isso. Temos de investir naquilo que nunca nos falhou na Europa: o talento, o conhecimento, as ideias”, declarou o comissário europeu numa conferência em Lisboa. A par com os programas de apoio estatais e comunitários, é fundamental “atrair mais investimento privado”, nomeadamente para as áreas da Investigação, Ciência e Inovação, matérias sob a sua responsabilidade na Comissão Europeia. “Sem essa parte privada não podemos vencer esta batalha da inovação e da ciência”, referiu Carlos Moedas.

O comissário europeu entende que a imagem de credibilidade de Portugal é “indiscutível” e tal é sentido pelo próprio em Bruxelas, por exemplo. “A imagem de credibilidade, a capacidade que o país teve, essa, hoje em dia é indiscutível. Só espero que o país continue obviamente na senda das reformas, isso é de grande importância, de grande importância para a Europa”, venceu o comissário em declarações aos jornalistas.

A conferência “Relançar o investimento em Portugal”, que decorreu na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, foi organizada pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e pela Comissão Europeia e contou com a presença do vice-presidente da Comissão para o Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen.

Vários responsáveis europeus visitaram os países da União Europeia para apresentar o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, o chamado “Plano Juncker”, que pretende mobilizar 315 mil milhões de euros para a economia europeia, incluindo investimentos privados.

Jyrki Katainen: Bruxelas espera “reformas ambiciosas” de Portugal

O vice-presidente da Comissão Europeia Jyrki Katainen espera que Portugal apresente reformas “ambiciosas” para responder às fraquezas económicas que persistem, alertando que “não há margem para complacência”. “No caso de Portugal, a Comissão espera receber reformas nacionais ambiciosas que confirmem a determinação de Portugal para continuar a sua transformação económica e para resolver as fraquezas que ainda tem”, afirmou Katainen que veio a Portugal apresentar o chamado “Plano Juncker” na conferência ‘Relançar o Investimento em Portugal’.

Destacando que “Portugal fez um milagre”, uma vez que “três anos depois de entrar no programa, estabilizou a situação e (...) regressou ao crescimento”, o vice-presidente da Comissão Europeia afirmou que, tal como Portugal, “todos os países da zona euro tiveram de corrigir os seus problemas”.

Jyrki Katainen reconheceu que “o preço foi muito elevado”, referindo-se aos altos níveis de desemprego entre os jovens e ao número de desempregados de longa duração que persistem nos Estado-membros, mas sublinhou que “a necessidade de reformas varia de país para país”. “Em alguns países há muitas profissões fechadas, noutros países falta financiamento e noutros é o sector financeiro que cria restrições ao financiamento”, disse o comissário finlandês, acrescentando que o crescimento tem de assentar numa base sustentável e não no endividamento, como sucedia no passado.

No entanto, Katainen deixou um aviso: “não há espaço para complacência, é preciso continuar com uma política orçamental responsável, que é um pré-requisito para o investimento”.



Já no final da sua intervenção, o vice-presidente da Comissão Europeia dirigiu-se aos empresários portugueses apelando a que ajudem Bruxelas a melhorar o mercado único. “Por favor, digam-nos que aspectos devem ser harmonizados no mercado único (...) para que possa funcionar melhor e responder às vossas necessidades e, por favor, usem este fundo para as vossas necessidades. Este fundo é para a criação de emprego e tudo depende do investimento privado”, afirmou Katainen, referindo-se ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos.

Questionado sobre o que pensa Bruxelas quanto a

uma eventual contribuição de Portugal para o Plano Juncker, Katainen afirmou não saber se o país pensa em contribuir directamente para o fundo e destacou que “o mais importante é que o sector privado em Portugal percebe as novas oportunidades”.

O vice-presidente da Comissão Europeia considera que “Portugal fez um milagre”, uma vez que “três anos depois de entrar no programa, estabilizou a situação e (...) regressou ao crescimento”, o que fez com que Portugal e “todos os países da zona euro tivessem de corrigir os seus problemas”.

Banco de Portugal prevê aceleração da economia

Após um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014, projectam-se crescimentos de 1,7 por cento em 2015, 1,9 por cento, em 2016 e 2,0 por cento, em 2017. Estas são as previsões do Banco de Portugal (BdP). Ao longo do horizonte de projecção, a economia portuguesa apresenta um ritmo de crescimento próximo do projectado para a zona euro.

A aceleração da actividade económica reflecte, em larga medida, o crescimento esperado para as exportações, em linha com as hipóteses para a procura externa dirigida à economia portuguesa. Esta evolução contribui para a manutenção de um excedente da balança corrente e de capital. A procura interna apresenta um crescimento moderado ao longo do horizonte de projecção, reflectindo um crescimento sustentado do consumo privado, consistente com a evolução do rendimento disponível real, e uma aceleração da formação bruta de capital fixo, nomeadamente da componente empresarial.

A evolução da procura interna mantém-se condicionada pela necessidade de continuar o processo de consolidação orçamental e pelos elevados níveis de endividamento do sector privado. Ao longo do período 2015-2017, projecta-se uma aceleração moderada do emprego e uma diminuição progressiva da taxa de desemprego.

Economias europeias estão em aceleração

O líder parlamentar do PSD entende que há razões para optimismo sobre a economia portuguesa, considerando que não há qualquer inversão de tendência no emprego e que os principais parceiros na União Europeia (UE) estão em “aceleração”. Luís Montenegro falava aos jornalistas na Assembleia da República, depois de ter recebido o secretário de Estado dos Assuntos Europeus da Irlanda, Dara Murphy, dia 31.

“Desde há dois anos que Portugal tem vindo a recuperar quer as oportunidades de emprego, quer a baixar em termos homólogos (também em cadeia ao longo de 20 meses consecutivos) a taxa de desemprego. É verdade que temos ainda um desemprego muito elevado, mas está muito longe do pico que tivemos durante o Programa de Assistência Económica e Financeira, quando chegou aos 17,7 por cento”, sustentou o presidente do grupo parlamentar do PSD.

Sobre os mais recentes indicadores ao nível do emprego, Luís Montenegro admitiu “alguma estagnação” nos últimos meses, mas recusou a existência de qualquer inversão de tendência.

“A tendência continua a ser de recuperação no emprego e de diminuição da taxa de desemprego. Isto só é possível porque a economia portuguesa está mais dinâmica, com mais crescimento, continuando a apresentar bons resultados em sectores de actividade importantes, como o turismo ou as exportações para a Europa e fora da Europa. Estamos optimistas porque a Europa está a acelerar a sua recuperação económica - e isso também significará alguma repercussão no desempenho da economia portuguesa”, advogou o líder da bancada social-democrata, numa alusão a Espanha, França e Alemanha, os principais parceiros comerciais de Portugal.

Questionado sobre a existência de alguma apreensão face à reduzida dimensão do investimento em Portugal, quer público, quer privado, Luís Montenegro discordou e contrapôs que “o investimento está a recuperar”.

“Os últimos dados têm revelado isso, mas é evidente que, depois de um programa tão exigente como o que Portugal suportou, com uma transformação tão grande no tecido económico, ninguém estava à espera que de um dia para o outro a retoma do investimento fosse galopante. A recuperação do investimento está a ser consistente e os dados já conhecidos de 2014 apontam nesse sentido. Por parte do Governo tem havido uma rota de apoio ao investimento nacional e estrangeiro, desde logo ao nível da simplificação e desburocratização de procedimentos”, defendeu Luís Montenegro.

O líder parlamentar do PSD disse ainda que estão “em marcha vários projectos” e que se abre agora “um novo quadro com o ‘Portugal 2020’ que está em fase de implementação”. “Do ponto de vista do investimento, não há qualquer razão para pessimismo”, insistiu.

França, Bélgica e Itália seguem agora as medidas de Portugal e Irlanda

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus da Irlanda e o líder parlamentar do PSD sustentam que França, Itália e Bélgica estão a tomar agora as medidas antes adoptadas pelos governos de português e irlandês.

Este foi um dos pontos em que Luís Montenegro disse ter havido total concordância na reunião com Dara Murphy, membro do executivo de Dublin. “Na Irlanda e em Portugal tivemos uma história de sucesso após os respectivos programas de ajustamento. Apesar de algumas das economias da zona euro se encontrarem ainda em dificuldade, os governos de Portugal e da Irlanda, assim como os povos dos dois países, fizeram escolhas difíceis, mas estão agora a ver os resultados que indiciam um futuro de optimismo”, sustentou o secretário de Estado irlandês.

Na mesma linha, o presidente do Grupo Parlamentar



do PSD afirmou que Portugal e Irlanda “são dois casos de sucesso na União Europeia, após terem passado por um período de dificuldades extremas”.

“Os dois países partilharam um caminho de reformas estruturais que veem agora ser reflectido nas respectivas dinâmicas económicas e sociais. Países que não tiveram programas de assistência financeira - como a França, Bélgica e Itália - estão agora a adoptar muitas das medidas que tivemos de empreender, fruto muito das circunstâncias, mas também do empenho dos governos e dos respectivos povos”, defendeu Luís Montenegro.

Sobre a nova linha política e económica seguida pela Comissão Europeia e pelo BCE, Dara Murphy apenas lamentou que não tivesse sido adoptada mais cedo.

“O novo pacote de investimento oferece boas oportunidades para a Europa, assim como a intervenção do Banco Central Europeu na compra de dívida. Talvez essas medidas tenham chegado um pouco tarde. Para Portugal

e Irlanda teria sido preferível se essas medidas tivessem sido adoptadas há três ou quatro anos”, advogou o membro do governo irlandês.

No entanto, actualmente, de acordo com a perspectiva do secretário de Estado irlandês, “o crescimento está a regressar no conjunto da União Europeia, o que é muito importante para Portugal e para a Irlanda”. “Tanto Portugal, como a Irlanda, dependem das suas exportações, sobretudo das que são dirigidas ao mercado europeu. E aconteceu que, durante muito tempo, a Europa não teve crescimento”, disse.

Dara Murphy afirmou ainda esperar que “outros países na Europa aprendam as lições de Portugal e da Irlanda”. “Precisamos em toda a Europa de um período largo de estabilidade política. Desejo aos meus colegas portugueses a melhor sorte nas próximas eleições destes anos. Penso que Portugal e a Irlanda foram um exemplo de escolhas corretas”, declarou.



Empresários da Capital do Móvel apostam na inovação



Os deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto visitaram, no dia 28, a Capital do Móvel, considerada a maior feira de mobiliário e decoração do país, em Paços de Ferreira. O grupo de deputados percorreu mais de meia centena de expositores, falando com os empresários que, uma vez mais, garantiram presença nesta feira.

De acordo com o deputado Virgílio Macedo, “os empresários portugueses assumem um papel fundamental para uma evolução positiva no caminho da retoma da nossa economia. A capacidade de inovação e adaptação são fundamentais e a 44.ª da Capital do Móvel demonstrou uma vez mais que, são qualidades patentes no nosso tecido empresarial”.

O concelho de Paços de Ferreira é conhecido por ser a capital do mobiliário, pelo facto de ter mais de 4.000 empresas desta área e empregar mais de 35 mil trabalhadores.



Deputados visitaram as Unidades de Saúde do Algarve



Os deputados do PSD participaram na visita que a Comissão de Saúde da Assembleia da República fez, dias 30 e 31 de Março, às Unidades de Saúde do Algarve. Os trabalhos dos deputados principiaram com uma reunião com a Administração Regional de Saúde do Algarve, na qual o seu presidente, João Moura Reis, questionado pela deputada Elsa Cordeiro, anunciou a contratação de mais 32 profissionais. O presidente da ARS-Algarve explicou aos deputados a importância de se estabilizar o quadro para se garantir o funcionamento do Centro de Medicina de Reabilitação do Sul, localizado em São Brás, algo que irá acontecer com a contratação de mais três médicos fisiatras, 11 terapeutas e 12 enfermeiros e assistentes operacionais.

Questionado pelo deputado Cristóvão Norte, João Moura Reis manifestou ainda a esperança de que os incentivos financeiros para a fixação de médicos, medida recentemente lançada pelo Governo, produzam efeitos na fixação dos alunos de Medicina da Universidade do Algarve.

Os deputados ficaram ainda a saber que ARS-Algarve espera que com o concurso de enfermeiros lançado pelo Governo os problemas da região fiquem colmatados, que com as mudanças implementadas nas urgências estas já não registam casos de indignidade com as macas a acumularem-se e que foram instaladas mais 100 camas no Centro Hospitalar do Algarve.

Durante os dois dias de visita ao Algarve os deputados vão ainda reunir com as estruturas sindicais da região, visitar o Hospital de Faro, o Centro de Saúde de Tavira, o Centro de Saúde de Loulé, a Extensão de Saúde de São Bartolomeu de Messines e reunir com os presidentes dos Agrupamentos de Centros de Saúde e dos municípios da região.

PSD/Açores questiona despedimentos no Hotel da Graciosa

O PSD/Açores questionou o Governo Regional sobre os despedimentos verificados no Hotel da Graciosa, que “nos últimos tempos tem vindo a dispensar funcionários, estando hoje com cerca de um terço dos 30 postos de trabalho inicialmente prometidos pelo executivo socialista”.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o deputado João Bruto da Costa quer saber se o governo está a acompanhar aquela situação, “num hotel que é sua propriedade”, pretendendo conhecer “as razões para os recentes despedimentos”, assim como informações sobre “o actual quadro de funcionários do Hotel da Graciosa, os serviços que foram desactivados ou reduzidos naquela unidade hoteleira, as respectivas taxas de ocupação desde que abriu e o contrato de exploração em curso”.

O deputado do PSD/Açores lembrou que o Hotel da Graciosa “foi construído pelo governo regional e inaugurado em Julho de 2009, custou sete milhões de euros a sua gestão ficou entregue ao INATEL, em conjunto com um grupo de empresários açorianos”.

“Não obstante essa informação incorrecta da presença do INATEL na gestão, o Hotel foi entregue a uma empresa de capitais maioritariamente da ilha Terceira, apesar de em diversas ocasiões o governo afirmar que se tratava de uma empresa maioritariamente graciosense”, diz João Bruto da Costa. “O então Presidente do Governo, Carlos César, considerou importante que investimentos daqueles tivessem lugar, sobretudo quando pensados e inseridos numa estratégia global. Eram uma forma de introduzir, nas ilhas de menor dimensão, valias para apoiar e incentivar novos segmentos de actividade económica, disse então”, recordou também o deputado.

“Passado algum tempo, a presença de uma bactéria levou ao encerramento temporário do hotel, bem como à inauguração de uma nova imagem. Numa espécie de recauchutagem do empreendimento passava por maus momentos”, acrescentou João Bruto da Costa.

“Em Abril do ano passado, o hotel do governo na Graciosa passou a ter a designação de “Biosphere Island Resort”, com direito a novo descerramento de placa de inauguração por Vasco Cordeiro, que elogiou a sua imagem moderna, que reflectia o essencial do que estamos a vender. Já este ano, em declarações à comunicação social, a administração do hotel anunciou a redução de serviços, sem especificar quais”, frisou o social-democrata.

João Bruto da Costa considera estranho que “depois de um investimento superior a sete milhões de euros e de duas inaugurações haja, em vésperas da época alta, notícias de redução de serviços e despedimentos no hotel, isto quando um dos maiores patrimónios turísticos da ilha Graciosa, que são as Termas do Carapacho, está encerrado, o que torna a situação ainda mais preocupante”.



Cancelamento de voos “charters” Madrid-Terceira prejudica a economia local



O PSD/Açores criticou o anunciado cancelamento dos voos “charters”, que afectou o período da Páscoa entre Madrid e a Terceira, considerando que a situação lesa “a hotelaria e a restauração local, cujos empresários já se manifestaram surpresos e com prejuízos”, acusou o deputado António Ventura. Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata questionou o governo regional sobre as razões “que levaram ao cancelamento dos Charters”, lembrando que a Associação Regional do Turismo (ART), “cujo principal accionista é o governo regional, tem vindo a publicitar aquelas ligações e a fazer promoção do destino Açores em Madrid”. Aliás, António Ventura também quer saber “qual é o custo dessa promoção efectuada pela ART em Madrid”, alertando que a ligação em causa “também permitia aos terceirenses visitarem Madrid a preços acessíveis, havendo inclusivamente bilhetes aéreos já comprados”.

O deputado do PSD/Açores recorda ainda que “os proveitos totais da hotelaria tradicional da Ilha Terceira desceram 20 por cento no mês de Janeiro, quando comparados com o mês homólogo de 2014. Ou seja, perde-se aqui mais uma boa oportunidade para melhorar esses números”, afirmou.

António Ventura estranha mesmo o sucedido, uma vez que foi “o anterior Secretário Regional da Economia, e actual Presidente do Governo Regional, a afirmar em 2011 que seria possível uma maior captação de fluxos turísticos para a Terceira, por exemplo, através da rentabilização

das ligações directas com Madrid”.

E acrescenta que, também em 2011, o Governo Regional anunciou “um acordo com um operador turístico privado, para a realização de voos ‘charters’ de Madrid e Barcelona, com destino às ilhas de São Miguel e Terceira, numa campanha que iria decorrer durante as férias da Páscoa”.

“Quem o disse foi o então Director Regional do Turismo, Miguel Cymbron, referindo que Espanha constitui um dos mercados estratégicos para a Região, com um potencial de crescimento muito interessante durante os próximos anos”, lembrou ainda António Ventura.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

ESPERANÇAS PARA PORTUGAL

O novo ano que começa, sob o signo de Portugal na Europa, de que o P.S.D. foi sempre incansável defensor, é para nós, sociais-democratas, mais do que uma simples mudança de calendário político. Ele será, na linha de rumo que conduziu o nosso partido a sucessivas vitórias, por ter merecido a confiança dos Portugueses, um ano de trabalho e de luta, para consolidarmos e prolongarmos a conquista e o exercício do poder democrático, assegurando a estabilidade das instituições e levando a cabo as reformas já iniciadas pelo Governo do Prof. Cavaco Silva, com a colaboração de todos os que à sua volta uniram esforços para fazer sair o País da crise e da letargia em que estava mergulhado.

Desde os mais altos responsáveis — nas instâncias partidárias, no Parlamento, no Executivo, nas autarquias — até aos militantes empenhados na acção quotidiana, muitas vezes anónima mas nobre e essencial, todos devemos continuar a cerrar fileiras para vencer, como até aqui, as sucessivas batalhas que ainda temos de travar. E elas são muitas e difíceis, mesmo se nos sentirmos optimistas, com a embalagem ganha.

A primeira dentre elas é, sem dúvida, a das eleições presidenciais, que têm lugar já este mês e que dominam neste momento a atenção dos Portugueses. Dela depende, em boa medida, o futuro do País nos próximos anos, embora os resultados das eleições legislativas e autárquicas tenham definido inequivocamente a orientação política que corresponde aos sentimentos profundos e à vontade clara das populações, as quais sufragaram por duas vezes consecutivas a social-democracia como a melhor via para Portugal.

O P.S.D. entendeu, por razões patrióticas, depois de um referendo e das decisões tomadas no seu último Congresso, que devia apoiar um candidato independente, cujos compromissos perante o Povo Português correspondessem aos seus grandes objectivos, no plano nacional e democrático, tendo em conta a dignidade das funções e das competências do Chefe de Estado, nos termos constitucionais. Daí a opção pela candidatura do Professor Freitas do Amaral, com base nas posições por este assumidas em correspondência trocada com o Professor Cavaco Silva e de acordo com a deliberação do Conselho Nacional do nosso partido.

Os sociais-democratas estão pois mobilizados para a campanha eleitoral que vai iniciar-se, participando nas comissões de candidatura do Professor Freitas do Amaral e dando o melhor do seu militantismo e da sua capacidade organizativa comprovada para conseguir a sua vitória nas urnas, como único candidato que está em sintonia com o P.S.D. e com quem este se identifica. Só esta atitude é consentânea com a orientação e a estratégia do nosso partido, consciente da sua responsabilidade, como principal força política do País, na consolidação do regime democrático, que passa pela defesa dos grandes valores cívicos, morais e ideológicos de que somos portadores em Portugal, no quadro do Ocidente e da Europa livres.

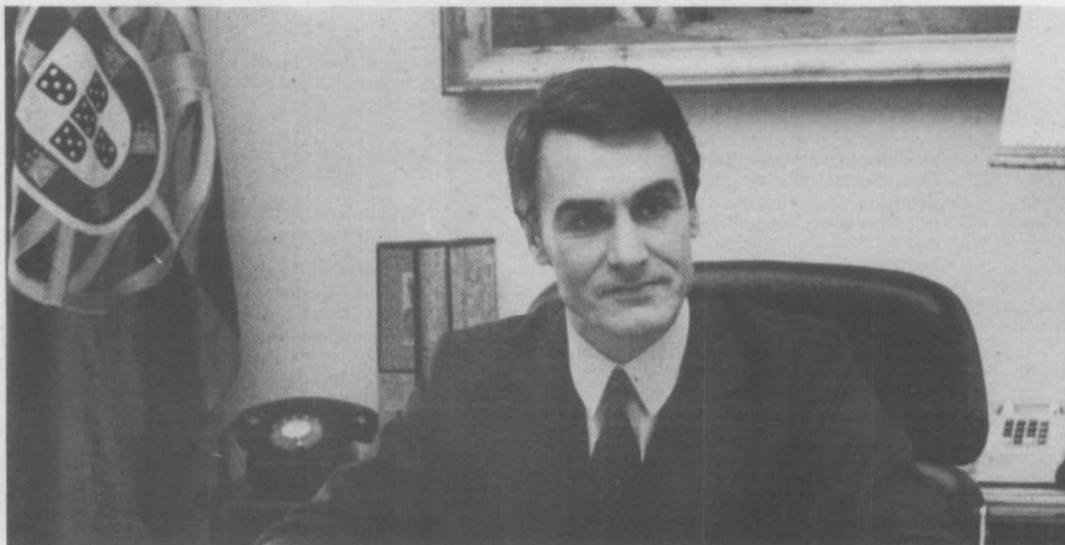
Perante as várias tentações da esquerda-marxista ou afim, seja qual for a sua veste, totalitária nuns casos, estatizante ou anarquizante noutros, mas sempre geradora de crises, como se viu nos últimos dez anos, a nossa posição de sociais-democratas, de reformistas consequentes, só pode ser uma: estar do lado do candidato que, na área democrática, nos dá garantias de coerência e de firmeza de princípios, sem hesitações, oscilações ou complacências — e esse candidato é o Professor Freitas do Amaral.

Mas, para lá das eleições presidenciais, as tarefas dos sociais-democratas em 1986 são múltiplas: fortalecer quantitativa e qualitativamente o partido, renová-lo e rejuvenescê-lo em conjunto com a J.S.D., aumentar a sua operacionalidade nos órgãos do Estado em que está representado, fazer irradiar a sua mensagem a todos os níveis da sociedade civil, no plano económico, social e cultural, torná-lo enfim, como primeiro partido nacional e autárquico que hoje é, e como partido português por excelência que sempre foi e será, a força política cuja vocação, uma vez consumada a integração de Portugal na Europa, será a de governar com estabilidade, competência e eficácia, dentro de uma perspectiva de respeito da liberdade e da segurança dos cidadãos, de equilíbrio entre a capacidade produtiva e a justiça social, de humanismo nas relações de trabalho e na vida da comunidade, de valorização educativa e profissional das jovens gerações, penhor do nosso futuro.

São metas ao nosso alcance, umas mais imediatas, outras a prazo, que haveremos no próximo ano de demandar. Para isso se exige que, como até aqui, sejamos fiel à nossa bússola, nos unamos em torno de quem está ao leme e rememos todos para o mesmo lado.

A divisa que o Professor Cavaco Silva, após o Congresso da Figueira da Foz, transmitiu em nome dos sociais-democratas a todos os Portugueses — Retomar a esperança — multiplicou-se, ao ser eleitoralmente compreendida e adoptada, em inúmeras esperanças concretas para Portugal: de 1985 para 1986 elas constituem o voto e a palavra de ordem do P.S.D.!

J.A.S.



Mensagem do Primeiro-Ministro a propósito da entrada de Portugal na CEE

INTEGRADOS NAS COMUNIDADES EUROPEIAS PODEREMOS VENCER MELHOR A BATALHA DO PROGRESSO

Dentro de poucas horas estaremos em 1986. Mas para Portugal, para nós portugueses, não se trata apenas de entrar num novo ano. Representa o início de um novo ciclo da nossa história, porque a partir desse momento seremos membros de pleno direito das comunidades europeias, a que chamamos normalmente Mercado Comum. Portugal é um dos países mais antigos da Europa. Temos oito séculos de história.

Levámos a todos os continentes a civilização euro-

peia, a fé cristã, a língua portuguesa, a maneira portuguesa de estar no-mundo. Os descobrimentos portugueses marcaram a história da Europa e influenciaram decisivamente o curso da humanidade. Navegámos mares que nunca antes tinham sido navegados. Dobrámos cabos que nunca tinham sido dobrados. Os nossos exploradores chegaram até onde nenhuma europeia tinha ainda chegado. Os nossos desbravaram florestas e terras incultas. Povoaámos ilhas desertas. Para lá dos oceanos, fizémos

nacer cidades, erguemos fortalezas e monumentos, construímos pontos, estradas, caminhos de ferro. Lançámos uma vasta sementeira de civilização que coloca o nosso país em lugar de destaque na história universal.

Somos a quinta língua mais falada no mundo — não por termos uma enorme população e um vasto território, mas porque empreendedores e ousados levámos o português até à Índia, até aos confins do Brasil, à floresta de Cam- binda e à Ilha de Moçam-

bique. Por tudo isto orgulhamo-nos da nossa história. Ela é a prova indelével da capacidade do povo português.

É a demonstração de que somos, como pátria, capazes de aceitar e cumprir as mais exigentes tarefas.

Estamos agora perante um novo desafio. O mundo mudou e Portugal também. O nosso lugar geográfico está hoje confinado à Europa. A grande batalha do tempo que vivemos é a luta pelo progresso. É integrado nas comunidades euro-

Continuação da pág. 4

I CONSELHO NACIONAL/86 CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 26.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir nos dias 11 e 12 de Janeiro, com início às 15h, no Hotel Altis de Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise dos resultados eleitorais das eleições autárquicas.
- 2 — Relações Internacionais
 - 2.1 — Regulamento da Comissão de Relações Internacionais
 - 2.2 — Composição da CRI

2.3 — Grandes linhas das Relações Internacionais.

3 — Deliberar sobre a integração dos deputados sociais-democratas ao Parlamento Europeu no Grupo Parlamentar Liberal e Reformista. Lisboa, 30 de Dezembro de 1985.

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
Francisco Pinto Balsemão

Nota: Não há observadores



A Nova Inovação

Jaime Quesado (*)

A Inovação voltou a estar na Agenda em Portugal. A propósito dos novos conceitos de Inovação Aberta, a oportunidade para uma vez mais demonstrar o carácter eminentemente aberto da Inovação como alavanca de modernidade da sociedade portuguesa. Impõe-se uma atitude de ruptura processual em Portugal e é fundamental mobilizar os diferentes actores para este designio colectivo. Em tempo de novas apostas, muito centradas no discurso nos Factores Dinâmicos de Competitividade, a Nova Inovação, de que nos fala Tom Peters, tem um papel essencial a desempenhar. Sob pena de se adiar para sempre a ainda possível oportunidade de agarrar o futuro.

Os conhecidos baixos índices de “capital estratégico” no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de “regulação positiva” têm dificultado o processo de afirmação dos diferentes protagonistas da “classe criativa”. Independentemente da riqueza do acto de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara “pôr em rede” os diferentes actores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar dos resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da Nova Inovação entre nós passa em grande medida pela efectiva responsabilidade nesse processo dos diferentes actores envolvidos – Estado, Universidade e Empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização activa e empreendedora da revolução do tecido social. A Reinvenção Estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os “actores empreendedores” que actuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura – Criatividade & Inovação terão que ser aqui de forma sustentada as palavras que garantem uma lógica de sustentabilidade nos resultados a médio prazo.

Num país pequeno, as Empresas, as Universidades, os Centros de Competência Políticos têm que protagonizar uma lógica de “cooperação positiva em competição” para evitar o desaparecimento. Querer cultivar a pequenez e aumentá-la numa envolvente já de si pequena é firmar um atestado de incapacidade e de falta de crença no futuro. É doentia a incapacidade em definir, operacionalizar e dinamizar a lógica de “Capital Social” do nosso país. Não é obviamente o paradigma da Inovação dos países da Europa Central, porque os índices rating da Competitividade estão em todas as análises aquém destes casos de sucesso. O diagnóstico está feito há muito tempo sobre esta matéria. Mas também já não pode ser, porque não é, a lógica do “low cost support” como referencial de criação de emprego e de fixação de “capital social básico” no território.

(*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Carregal do Sal, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2015 (sábado) pelas 17h00, no Centro Cultural de Carregal do Sal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede da Distrital sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq. que estará aberta das 21h00 às 24h00, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir, no próximo dia 20 de Abril de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, no Sede Distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação, discussão e votação do relatório de actividade e do relatório de contas de 2014
- 3 – Apresentação, discussão e votação do plano de actividades 2015
- 4 - Análise da situação política local e nacional
- 5 – Outros Assuntos.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Faro, para reunir, no próximo dia 24 de Abril de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luis, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Comemorações do 40º Aniversário do PSD – Partido Social Democrata
- 3 – Assuntos diversos

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Abril de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja nº 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Apreciação e votação do relatório e contas da Secção de 2014
- 2 – Apresentação do relatório de actividades

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mira, para reunir, no próximo dia 16 de Abril de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita nas Galerias de Mira – Av. 25 de Abril, 1º andar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação e aprovação do relatório de contas do ano de 2014
- 3 – Análise da situação política nacional
- 4 – Análise da situação política local
- 5 – Outros assuntos

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Monchique, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2015 (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Francisco Gomes Avelar, nº 7 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de

Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede da Distrital sita na Rua Projectada à Rua de São Luis, 1 – Faro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão, para reunir, no próximo dia 18 de Abril de 2015, (sábado), pelas 17h00, na sede, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política-partidária
- 2 – Apresentação do Plano e Orçamento para 2015 – Abril a Dezembro
- 3 - Outros assuntos de interesse

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para reunir, no próximo dia 17 de Abril de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Salão Paroquial de S. Martinho de Mouros, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do relatório e contas de 2014
- 2 – Análise da situação política actual
- 3 – Outros Assuntos.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de São Brás de Alportel, para reunir no próximo dia 08 de Maio de 2015 (sexta-feira) pelas 20h00, na Rua Poeta Bernardo Passos, 29/31, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede da Distrital sita na Rua Projectada à Rua de São Luis, 1 – Faro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir, no próximo dia 27 de Abril de 2015, (segunda-feira), pelas 21h30, na sede sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas do Partido a nível da Secção relativas ao exercício de 2014 – cfr. Artº 53º, nº2, al d) dos Estatutos

2 – Análise da situação política

**PENAFIEL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Penafiel, para reunirem em Plenário às 21 horas do dia 22 de Abril de 2015, na Sede do Centro Social de Abragão, na Freguesia de Abragão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação do plano de actividades;
- 2 - Análise da situação política.

MANTEIGAS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Concelhia da JSD/Manteigas para reunir no próximo dia 9 de Maio de 2015, pelas 20h00m, na Sede do PSD de Manteigas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00m e as 22 horas.

As listas deverão ser entregues até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Manteigas.

